



PROT-OVT

Plano Regional de Ordenamento do Território do Oeste e Vale do Tejo

Atualização do Quadro de Referência Estratégico

**Fichas de Síntese das Políticas Públicas de Âmbito Nacional
com incidência na Região de Lisboa e Vale do Tejo**

Anexo 1 do 5.º Relatório de Monitorização e Avaliação do PROT OVT

Abril 2016



Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional
de Lisboa e Vale do Tejo

Índice

A. Enquadramento	2
B. Fichas por Plano, Programa ou Estratégia	2
1. Plano Estratégico dos Transportes e infraestruturas - Horizonte 2020.....	2
2. Estratégia para a Eficiência Energética – PNAEE 2016 e Estratégia para as Energias Renováveis – PNAER 2020	6
3. Plano Nacional de Ação para a Eficiência Energética - 2016.....	7
4. Plano Nacional de Ação para as Energias Renováveis - Horizonte 2020..	10
5. Programa Nacional para o Uso Eficiente da Água – Implementação 2012-2020	13
6. Estratégia Nacional para o Mar – 2013 - 2020	17
7. Roteiro Nacional de Baixo Carbono 2050	21
8. Estratégia Nacional para as Florestas 2020	23
9. Plano de Ação de Proteção e Valorização do Litoral 2012-2015.....	31
10. Portugal 2020 Programa Nacional de Reformas.....	34
11. Programa de Desenvolvimento Rural do Continente para 2014 - 2020.....	41

A. Enquadramento

Num contexto em que se assiste, à alteração ou revisão das políticas públicas nacionais e tendo em vista a atualização dos referenciais estratégicos da região, o presente documento pretende reunir uma síntese das principais políticas públicas com impactos no desenvolvimento regional e na organização territorial de Lisboa e Vale do Tejo.

Assim, para cada plano, programa ou estratégia nacional com relevância temática ou geográfica na RLVT será sistematizado numa ficha, sempre que aplicável, a informação referente a: data de publicação, principais objetivos estratégicos, prioridades de investimento, projetos prioritários, montantes financeiros e metas associadas.

B. Fichas por Plano, Programa ou Estratégia

1. Plano Estratégico dos Transportes e infraestruturas - Horizonte 2020

Data: Abril 2014

Diploma de aprovação:

Objetivos Estratégicos

A. CONTRIBUIR PARA O CRESCIMENTO ECONÓMICO, APOIANDO AS EMPRESAS PORTUGUESAS E A CRIAÇÃO DE EMPREGO:

1. Reduzir os custos de contexto que incidem sobre as exportações Portuguesas por via do aumento da competitividade e eficiência do sector dos transportes;
2. Promover a maior integração de Portugal no espaço económico europeu, designadamente através do gradual desenvolvimento da RTE-T;
3. Potenciar o papel das infraestruturas e serviços de transportes no desenvolvimento do sector do turismo nacional e promover a melhoria das condições de acolhimento e da qualidade do serviço e informação ao público nos transportes, contribuindo para o grau de satisfação dos passageiros, em particular dos turistas;
4. Alavancar as vantagens competitivas de Portugal decorrentes do seu posicionamento geoestratégico, na interceção de grandes corredores internacionais marítimos e aéreos;
5. Promover o aumento da concorrência entre os operadores nos segmentos de mercadorias e passageiros.

B. ASSEGURAR A COMPETITIVIDADE DO SECTOR DOS TRANSPORTES E A SUSTENTABILIDADE FINANCEIRA PARA OS CONTRIBUINTES PORTUGUESES:

1. Prosseguir o esforço de reformas estruturais;
2. Consolidar a sustentabilidade financeira presente e futura do sector, aliviando o peso das responsabilidades transferidas para as futuras gerações;
3. Focar a intervenção direta do Estado nas áreas que constituem o seu verdadeiro papel, promovendo a participação da iniciativa privada nas áreas em que oferece maior eficiência e valor acrescentado na prossecução dos objetivos da política de transportes.

C. PROMOVER A COESÃO SOCIAL E TERRITORIAL, ASSEGURANDO A MOBILIDADE E ACESSIBILIDADE DE PESSOAS E BENS, EM TODO O PAÍS:

1. Assegurar a mobilidade e acessibilidade de pessoas e bens em todo o território nacional, de forma eficiente e adequada às necessidades;
2. Implementar o princípio da equidade de oportunidades no acesso ao sistema de transportes, promovendo a coesão social e territorial;
3. Reorganizar e fortalecer o papel da regulação no sector dos transportes;
4. Assegurar uma clara, racional e equilibrada alocação de competências na planificação, organização e financiamento do sistema de transportes.

Investimentos Prioritários com incidência na RLVT

- Desenvolvimento dos portos integrantes da RTE-T principal e global - Lisboa e Setúbal respetivamente (entre outros).
- Consolidação do corredor ferroviário da RTE-T principal e global Vigo – Porto – Lisboa - Setúbal – Sines e Caldas da Rainha – Lisboa;
- Desenvolvimento dos aeroportos do Porto e Lisboa.
- Ligação ferroviária entre os portos de Sines, Lisboa e Setúbal e plataformas logísticas ao centro da Península Ibérica e resto da Europa;
- Consolidação do corredor ferroviário da RTE-T principal Lisboa / Sines / Setúbal – Caia;
- Conclusão da extensão da linha azul do Metro de Lisboa à Reboleira;
- Remodelação da Linha de Cascais;
- Programa —Portugal Porta-a-Portall;
- Desenvolvimento de outros serviços públicos de transporte de passageiros a nível nacional.

Projetos Prioritários

Investimento
previsto

Natureza

Prazo de
Execução

Sector Ferroviário

- Conclusão do Plano de Modernização - Linha do Norte

Compreende a intervenção nos troços ainda não modernizados, a triplicação do troço a norte de Alverca / Castanheira do Ribatejo e a eliminação de constrangimentos no Terminal Vale do Tejo e no Terminal da Bobadela e respetivas ligações à rede ferroviária nacional.

400 M€

Público

Após 2016
e antes
QCA

- Linha do Oeste + Ramal de Alfarelos (Meleças / Louriçal, Ramal de Alfarelos, Ramal Secil, Ramal do Ramalhal - Valouro)

Compreende intervenções (incluindo eletrificação) entre Meleças e o Louriçal, nos sistemas de sinalização e telecomunicações até à Figueira da Foz e a criação de desvios ativos e pontos de cruzamento na linha do Oeste e no ramal de Alfarelos de forma a assegurar a circulação de comboios de mercadorias com comprimento de 750 metros. Compreende ainda a eletrificação dos Ramais Privados da Secil (Pataias e Martingança) e do Ramalhal - Valouro

135 M€

Público

Após 2016
e antes
QCA

- Linha do Sul (Porto de Setúbal + Praias do Sado)

20 M€

Público

- Linha do Sul (Terminal de Termitrena)

14M€

Público

- Corredor ferroviário Sines / Setúbal / Lisboa – Caia (Sines / Setúbal / Lisboa - Caia + Poceirão - V. Novas + Bombel - Casa Branca + Ramal Petrogal Sines)

800 a
1.000M€

Público



Sector Portuário			
- Porto de Lisboa - Aumento da eficiência do atual terminal - TC de Alcântara	47 M€	Privado	
- Porto de Lisboa - Novo Terminal de Contentores	600 M€	Privado	
- Porto de Lisboa - Reativação do Cais da Siderurgia Nacional (Terminal do Seixal)	6 M€	Privado	
- Porto de Lisboa - Melhoria da navegabilidade e descontaminação do estuário do Tejo Seixal (SN) + Alhandra (Cimpor)	90 M€	Público	
- Porto de Lisboa – Nova Gare de Passageiros de Cruzeiros	25 M€	Privado	
- Porto de Setúbal - Expansão do Terminal Roll-On Roll-Off para jusante	4 M€	Público	
- Porto de Setúbal - Melhoria das acessibilidades marítimas - barra e canais Norte e Sul - e otimização de fundos/calado junto aos cais	25M€	Público	
Sector Rodoviário			
- IC16. Radial da Pontinha	5M€	Público	
- Nó do IP1/A1 com o IC9 Compreende a introdução de um nó de interligação entre o IP1/A1 e o IC9, melhorando a articulação entre estes itinerários.	5M€	Público	Após 2016 e antes QCA
- Abertura da ponte de Constância / Praia do Ribatejo a pesados Este projeto refere-se à ponte metálica da Praia do Ribatejo sobre o rio Tejo. Esta ponte foi objeto de um protocolo entre a EP, a REFER e os municípios de V. N. da Barquinha e Constância. O mesmo teve por objetivo reabilitar e reforçar a estrutura da obra de arte de forma a permitir a circulação de trânsito automóvel ligeiro, já que a atual estrutura não suporta o trânsito pesado. A travessia do Tejo pelos veículos pesados na região do Médio Tejo deverá ser equacionada em conjunto com a melhoria das acessibilidades na zona da Chamusca – Ecoparque do Relvão – que por sua vez estão associadas ao corredor do IC3 com uma nova ponte.	5M€	Público	Após 2016 e antes QCA
Sector Aeroportuário			
- Plano Estratégico da ANA - Desenvolvimento do Aeroporto de Lisboa	137M€	Privado	
- Novo terminal de carga no Aeroporto Lisboa	5M€	Privado	

Transportes Públicos de Passageiros		
- Metro de Lisboa / Extensão à Reboleira	15M€	Público
- Modernização da Linha de Cascais	160M€	Públi/Priv
- Outros serviços públicos de transporte de passageiros a nível nacional (ex: Ponderação do desenvolvimento e expansão da rede de Metro de Lisboa, bem como da ligação, através de modo de transporte em sítio próprio, entre as linhas de Sintra e Cascais e Transportes Porta a Porta)	580M€	Público
Metas		
N.º de TEU movimentadas nos principais portos Portugueses		+50%
Nº de toneladas.km transportadas em modo ferroviário		+40%
Nº de passageiros.km transportados nos serviços públicos de transporte de passageiros		+15%
Nº de passageiros movimentados nos aeroportos nacionais		+25%
Nº de veículos.km anuais na rede de autoestradas nacionais		+15%
Nº de turistas de cruzeiro que escalem os portos nacionais		+50%
Resultado líquido anual consolidado das empresas públicas do sector dos transportes e infraestruturas		positivo
Estrutura de Acompanhamento / Monitorização		
Deverá ser criada uma estrutura de acompanhamento, avaliação e mitigação de riscos na execução do presente PETI3+, a constituir no âmbito do IMT, a qual deverá produzir um parecer anual.		

2. Estratégia para a Eficiência Energética – PNAEE 2016 e Estratégia para as Energias Renováveis – PNAER 2020

Data: Abril 2013

Diploma de aprovação: Resolução do Conselho de Ministros n.º 20/2013, 1.ª série — N.º 70 — 10 de abril de 2013

Disposições Comuns

Tanto o PNAEE 2008-2015 como o PNAER 2010 visavam o cumprimento das metas europeias 2020, porém foram aprovados em contextos político-económicos diferentes do atual e com lógicas de planeamento distintas entre si, pelo que foram agora revistos de forma integrada com vista a potenciar sinergias que permitam maximizar a eficácia e eficiência no aproveitamento de recursos humanos. Entendeu-se que uma abordagem conjunta à revisão dos dois planos – PNAEE e PNAER – que tenha por base o alinhamento dos respetivos objetivos em função do consumo de energia primária e da necessária contribuição do setor energético para a redução de emissões de gases com efeito de estufa, facilitará os processos de decisão, nomeadamente os que envolvam opções entre investir na eficiência energética ou na promoção do uso de energias renováveis, tornando-os mais claros e racionais.

No que diz respeito ao PNAEE, o principal objetivo da sua revisão foi o de projetar novas ações e metas para 2016, integrando as preocupações relativas à redução de energia primária para o horizonte de 2020. Por sua vez, o PNAER foi redefinido em função do atual cenário de excesso de oferta de produção de eletricidade decorrente de uma redução da procura, de forma a adequar e a mitigar os custos inerentes. Resultando deste modo a revisão do peso relativo objetivo de cada uma das Fontes de Energia Renovável no *mix* energético nacional e respetivas metas de incorporação a atingir em 2020.

3. Plano Nacional de Ação para a Eficiência Energética - 2016

Data: Abril 2013

Diploma de aprovação: Resolução do Conselho de Ministros n.º 20/2013, 1.ª série — N.º 70 — 10 de abril de 2013

Impactos no consumo de energia

O estabelecimento do horizonte temporal de 2020 para efeitos de acompanhamento e monitorização do impacto estimado no consumo de energia primária permite perspetivar antecipadamente o cumprimento das novas metas assumidas pela EU, de redução de 20% dos consumos de energia primária até 2020, bem como o objetivo geral assumido pelo Governo de redução no consumo de energia primária de 25% e o objetivo específico para a Administração Pública de redução de 30%.

Áreas e programas do PNAEE 2016

Tendo por base as áreas, programas e medidas do PNAEE de 2008, o PNAEE 2016 passa a abranger seis áreas específicas: Transportes, Residencial e Serviços, Indústria, Estado, Comportamentos e Agricultura. Estas áreas agregam um total de 10 programas, que integram um leque de medidas de melhoria da eficiência energética, orientadas para a procura energética e que, de uma forma quantificável e monitorizável, visam alcançar os objetivos propostos.

Área	Programas	Medidas
Transportes	Tp1: Eco Carro – medidas direcionadas para a melhoria da eficiência energética nos veículos.	<p>Tp1m1: Tributação Verde – Revisão do regime de tributação de veículos particulares;</p> <p>Tp1m2: Pneu Verde – Pneus eficientes e Pressão certa;</p> <p>Tp1m3: Promoção da aquisição de veículos elétricos.</p>
	Tp2: Mobilidade Urbana – medidas relacionadas com a necessidade de incentivar a utilização de transporte coletivos e de modos suaves de transporte em detrimento do transporte individual motorizado, com um enfoque particular nas zonas urbanas.	<p>Tp2m1: Promoção da Mobilidade sustentável e da adoção de boas práticas;</p> <p>Tp2m2: Utilização de transportes e soluções de mobilidade energeticamente mais eficientes - Minibus e serviços de transporte flexível, Centrais de gestão de frotas e atribuição automática de serviços e táxi e Utilização de bicicletas e modos de transportes suaves.</p>
	Tp3: Sistema de Eficiência Energética nos Transportes – medidas que visam dinamizar a utilização das redes ferroviárias de passageiros, bem como a gestão energética das frotas de transportes.	<p>Tp3m1: Oferta de Transporte Ferroviário de Passageiros;</p> <p>Tp3m2: Regulamento de Gestão de Consumos de Energia nos Transportes;</p> <p>Tp3m3: Apoio à instalação de equipamentos de enchimento de pneus a nitrogénio;</p> <p>Tp3m4: Sistema de Gestão de Frotas e promoção de eco condução.</p>

Área	Programas	Medidas
Residencial e Serviços	RSp1: Renove Casa & Escritório - medidas destinadas a potenciar a eficiência energética na iluminação, eletrodomésticos e reabilitação de espaços.	RSp1m1: Promoção de equipamentos mais eficientes; RSp1m2: Iluminação eficiente; RSp1m3: Janela Eficiente; RSp1m4: Isolamento Eficiente; RSp1m5: Calor Verde.
	RSp2: Sistema de Eficiência Energética nos Edifícios – medidas resultantes do processo de certificação energética dos edifícios;	RSp2m1: Edifícios Residenciais; RSp2m2: SCE Edifícios de Serviços.
	RSp3: Solar Térmico – medidas dirigidas à promoção de uma maior integração de fontes de energia renovável nos edifícios e equipamentos residenciais e de serviços.	RSp3m1: Solar Térmico Residencial; RSp3m2: Solar Térmico Serviços.
Área	Programa	Medidas
Indústria	Ip1: Sistema de Gestão dos Consumos Intensivos de Energia – medidas transversais e setoriais para a eficiência no processo industrial.	Ip1m1: SGCIE Medidas transversais; Ip1m2: SGCIE Medidas Específicas; Ip1m3: SGCIE Outros setores.
Área	Programa	Medidas
Estado	Ep1: Eficiência Energética do Estado – conjunto de medidas dirigidas à certificação energética dos edifícios do Estado, aos Planos de Ação de Eficiência Energética, frotas de transporte do Estado e à Iluminação Pública.	Ep1m1: Certificação Energética dos Edifícios do Estado e Contratos de Gestão de Gestão de Eficiência Energética; Ep1m2: Planos de Ação de Eficiência Energética na Administração Pública – ECO.AP; Ep1m3: Transportes mais eficientes no Estado; Ep1m4: Iluminação Pública Eficiente.
Área	Programa	Medidas
Comportamentos	Cp1: Comunicar Eficiência Energética – medidas que visam promover hábitos e atitudes de consumidores energeticamente eficientes, como sejam a recomendação de produtos eficientes, através de campanhas de sensibilização e comunicação. Estas medidas visam potenciar as oportunidades de eficiência energética de todas as áreas do PNAEE.	Cp1m1: Energia nas Escolas; Cp1m2: Energia nos Transportes; Cp1m3: Energia em Casa; Cp1m4: Energia no trabalho; Cp1m5: Contadores Inteligentes.

Área	Programa	Medidas	
Agricultura	Eficiência no setor Agrário – tem como objetivo agrupar e dinamizar as ações realizadas neste setor com vista a induzir a redução de consumos energéticos.	Agp1m1: Eficiência energética no setor agrário.	
Impactos do PNAEE 2016 por Área			
O PNAEE prevê uma poupança induzida de 8,2%, próxima da meta indicativa definida pela EU de 9% de poupança de energia até 2016, com os contributos na redução dos consumos energéticos distribuídos pelos vários sectores de atividade:			
Programas	Potenciais Economias (tep)	%	Meta 2016 (tep)
Transportes	344.038	23	1.501.305
Residencial e Serviços	634.265	42	
Indústria	365.309	24	
Estado	106.308	7	
Comportamentos	21.313	1	
Agricultura	30.000	2	
Monitorização PNAEE - 2016			
<ul style="list-style-type: none"> Controlo do cumprimento das metas definidas para poupanças de eficiência energética em cada medida; Avaliação contínua e comparativa da relação custo-benefício das diferentes medidas. <p>Assegurando para tal, o desenvolvimento e a adequação de variáveis estatísticas, nomeadamente indicadores quantitativos e de desempenho das medidas, para efeitos de monitorização <i>top-down</i> e <i>bottom-up</i> prevista na metodologia da União Europeia.</p>			
Método <i>top-down</i>	Procurar responder às lacunas da monitorização, através de um conjunto de indicadores de eficiência energética que permitem monitorizar, de uma forma sub-setorial, as economias que estão a verificar face a um ano de referência.		
Método <i>bottom-up</i>	Utilização de metodologias específicas por cada medida (quando possível), tendo por base uma série de critérios e pressupostos que permitem estimar os impactos em energia final e primária resultantes da implementação da medida.		

4. Plano Nacional de Ação para as Energias Renováveis - Horizonte 2020

Data:	2013				
Diploma de aprovação:	Resolução do Conselho de Ministros n.º 20/2013, 1.ª série — N.º 70 — 10 de abril de 2013				
Linhas de Ação para o Setor / Eixo do Aquecimento e Arrefecimento					
Em relação ao eixo do Aquecimento e Arrefecimento, é expectável que os níveis de introdução de Fontes de Energia Renováveis (FER) aumentem até 2020 sem necessidade de investimentos públicos. Não obstante, a projeção para 2020 é de um aumento de 9% do valor registado em 2010, com um maior contributo do solar térmico, seguido da biomassa.					
Linhas de Ação para o Setor / Eixo da Eletricidade					
Neste Sector / Eixo, uma análise de potencial técnico das tecnologias mais competitivas, revela a existência de um potencial comprovado de 4 GW de potência FER para além dos licenciamentos previstos. Assim, para 2020 estima-se que a contribuição das FER no setor da eletricidade se situe entre 49,6% e 59,6%.					
Linhas de Ação para o Setor / Eixo dos Transportes					
De acordo com as linhas de ação do PNAER 2020 estima-se que a contribuição das FER no setor dos transportes se situe entre 11,1% e 11,3%.					
Principais medidas por setor / Eixo:					
Aquecimento & Arrefecimento					
Medida	Descrição	Resultado Previsto	Atividade e/ou grupo-alvo	Datas de início e termo	
				Início	Fim
Solar Térmico	Promover a instalação de sistemas solares térmicos no setor residencial e em piscinas e recintos desportivos, bem como a renovação de sistemas solares térmicos em fim de vida útil.	Residencial: 76.200 tep em 2020 e Serviços: 31.776 tep em 2020.	Utilizador Final (Residencial, Serviços e Estado)	2003	2020
Calor Verde	Promover a instalação em edifícios de sistemas energéticos mais eficientes e de melhor desempenho ambiental alimentados a biomassa para fins de climatização.	157.354 tep em 2020.	Utilizador Final (Residencial e Serviços)	2010	2020
Eletricidade					
Medida	Descrição	Resultado Previsto	Atividade e/ou grupo-alvo	Datas de início e termo	
				Início	Fim

Centrais de Biomassa	Criação de rede descentralizada de centrais de biomassa na sequência do concurso de atribuição de potência lançado em 2006.	Reforço da potência instalada em centrais de biomassa, promovendo a melhoria da gestão do sistema electroprodutor e da segurança do abastecimento.	Produtor de Energias Renováveis	2006	2015
PNBEPH	Desenvolvimento do PNBEPH, dos novos empreendimentos hídricos em curso, dos reforços de potência previstos e da instalação de sistemas de bombagem.	Reforço da potência hídrica e incremento da capacidade reversível instalada, promovendo a melhoria da gestão do sistema electroprodutor e da segurança do abastecimento.	Produtor de Energias Renováveis	2007	2020
Sobre equipamento parques eólicos	Viabilização de potência através do sobre equipamento dos parques eólicos existentes.	Aumentar a capacidade instalada de produção a partir de FER em cerca de 400 MW de forma economicamente eficiente e melhorando a gestão do sistema electroprodutor e da segurança do abastecimento.	Produtor de Energias Renováveis	2010	2020
Valorização da biomassa florestal	Atribuição de incentivos a aplicar às centrais dedicadas a biomassa florestal no âmbito de um quadro de vinculação a determinadas condições, mediante acordos voluntários com os promotores das centrais.	Desenhar um quadro de compromisso com os promotores das centrais de biomassa que possibilite a concretização dos projetos, vinculando os promotores ao apoio à concretização das medidas de política florestal, organização da cadeia logística, valorização económica local, responsabilidade social e ainda, ao cumprimento de prazos de construção na implementação dos projetos.	Produtor de Energias Renováveis	2011	2017
Transportes					
Medida	Descrição	Resultado Previsto	Atividade e/ou grupo-alvo	Datas de início e termo	
				Início	Fim
Biocombustíveis	Promover a utilização de recursos endógenos e de resíduos para a produção de biocombustíveis e as soluções ligadas à matéria-prima de segunda geração (material celulósico não alimentar e material lenho-celulósico).	Aumento significativo da utilização de recursos endógenos na produção de biocombustíveis.	Agricultores, Produtores Florestais, Municípios, Outros operadores da fileira dos biocombustíveis	2010	2020

Mobilidade elétrica	Racionalização da infraestrutura de carregamento às necessidades atuais, nomeadamente em zonas de elevada procura, preferencialmente cobertas e vigiadas.	Aumento da utilização do veículo elétrico.	Utilizador Final / Municípios	2010	2020
Medidas comuns aos três sectores					
Medida	Descrição	Resultado Previsto	Atividade e/ou grupo-alvo	Datas de início e termo	
				Início	Fim
Centro de Competências na área da biomassa	Dinamizar o Centro de Biomassa para a Energia.	Dinamizar um centro de investigação, certificação e coordenação global do setor da biomassa. Crescimento da utilização sustentável da biomassa.	CBE Fileira florestal	2011	2015
Contribuição das FER em cada setor para o consumo de energia final (ktep)					
			2010	2015	2020
Consumo final bruto previsto de FER para aquecimento e arrefecimento			2.241	2.303	2.431
Consumo final bruto previsto de eletricidade a partir de FER			1.992	2.487	2.777
Consumo final previsto de energia a partir de FER nos transportes			342	439	579
Consumo total previsto de FER			4.559	5.198	5.737
Monitorização					
<p>As metas do PNAER 2020 devem ser monitorizadas anualmente, sendo 2014 um ano chave na definição da estratégia para o segundo quinquénio (2015-2020). A linha de ação futura irá, então depender do desvio verificado em 2014 de cada uma das variáveis relevantes (sendo que a do consumo de energia primária e final será particularmente relevante no cálculo das necessidades de incorporação FER). Assim:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Até 2014 deve ser realizado um controlo anual, implementando e reforçando medidas de eficiência energética de investimento reduzido; • Em 2015, dependendo dos valores verificados em 2014, pode ser equacionada a entrada de potência adicional no parque electroprodutor para o cumprimento dos objetivos. 					

5. Programa Nacional para o Uso Eficiente da Água – Implementação 2012-2020

Data: Junho 2012

Diploma de aprovação:

Objetivos Gerais

1. Melhorar a eficiência de utilização da água, sem colocar em causa as necessidades vitais e a qualidade de vida das populações, bem como o desenvolvimento do país, tendo como objetivos complementares a redução da poluição das massas de água e a redução do consumo de energia;
2. Promover o Uso Eficiente da Água em Portugal, contribuindo para a minimização dos riscos decorrentes da carência de água em situação hídrica normal, potenciada durante os períodos de seca;
3. Contribuir para a consolidação de uma nova cultura da água em Portugal que valorize de forma crescente este recurso, atribuindo-lhe a importância devida no desenvolvimento humano e económico e contribuindo para a preservação do meio natural, numa ótica de desenvolvimento sustentável.

Objetivos Estratégicos

1. Criar uma atitude duradoura de preservação da água junto dos cidadãos e, em particular, na população infantil e juvenil, como garante do potencial transformador de comportamentos;
2. Criar uma consciência nos cidadãos em geral e em particular nos gestores dos sistemas de abastecimento de água, quanto à importância do uso eficiente da água;
3. Habilitar e capacitar os agentes responsáveis pela conceção e gestão dos sistemas de abastecimentos e dos equipamentos, através da produção e disponibilização de ferramentas de informação e de suporte à formação;
4. Eliminar os desperdícios de água e reduzir a níveis aceitáveis as perdas de água nos sistemas, dando prioridade para os que são potencialmente mais significativos (sistemas de natureza pública e/ou coletiva);
5. Promover iniciativas concretas com base em parcerias entre entidades públicas e/ou privadas;
6. Garantir a avaliação periódica e sistemática das ações que permitam conhecer a evolução do PNUEA.

A. Setor Urbano – Objetivos específicos:

1. Elevar significativamente o conhecimento dos gestores e operadores dos sistemas de abastecimento de água e dos utilizadores em geral;
2. Promover a sensibilização, informação e formação dos principais intervenientes no uso da água, bem como na introdução nos programas e livros escolares de matéria específica;
3. Conhecer o nível de ineficiência dos sistemas públicos de abastecimento de água através do seu apetrechamento com equipamentos de medição e com sistema de transmissão e tratamento da informação, abrangendo todo o ciclo urbano da água;
4. Garantir uma dinâmica de sucesso na implementação do uso eficiente da água, dirigindo os maiores esforços para os sistemas públicos (não domésticos), e para as maiores concentrações humanas onde os custos não são suportados diretamente pelos utilizadores da água (ex: escolas; centros comerciais; estações de serviço; hospitais; repartições e serviços da administração pública; hotéis; instalações desportivas - ginásios, piscinas, estádios, etc. -; aeroportos; terminais rodó e ferroviários; escritórios; restaurantes; lavandarias; etc.);

5. Reduzir ao mínimo o uso da água potável em atividades que possam ter o mesmo desempenho com águas de qualidade alternativa e de outras origens que não a rede pública de água potável, promovendo a utilização de água da chuva e a eventual reutilização de águas residuais tratadas;

B. Setor Agrícola – Objetivos específicos:

Aumento da eficiência global dos sistemas de rega através de:

1. Melhoria da qualidade dos projetos (captação, exploração, rega, etc...);
2. Redução das perdas de água no armazenamento, transporte e distribuição (reabilitação de barragens, impermeabilização de canais, construção de reservatórios de compensação em pontos estratégicos e no final dos canais, automatização das estruturas de regulação, etc.), com recurso por exemplo aos fundos do ProDeR, ou outros programas que lhe sucedam (após 2013);
3. Redução das perdas na aplicação de água ao solo (introdução de sistemas de aviso e agro-meteorológicos, reconversão dos métodos de rega, com automatização e adequação de procedimentos na rega por gravidade, aspersão e localizada, etc.).

C. Setor Industrial – Objetivos específicos:

1. Redução dos consumos de água e dos volumes de águas residuais geradas através da adequação de procedimentos, utilização mais eficiente de equipamentos e dispositivos e a adoção de sistemas de reutilização/recirculação da água;
2. Redução do consumo de água na unidade industrial através da diminuição das perdas reais nos sistemas de distribuição;
3. Redução do consumo de água na unidade industrial racionalizando a água através de alterações efetuadas ao nível dos processos de fabrico industrial;
4. Utilização na unidade industrial de águas residuais ou remanescentes, provenientes de outros processos nos sistemas de arrefecimento e na lavagem de equipamentos;
3. Redução do consumo de água na unidade industrial através da alteração de hábitos dos utilizadores;
4. Redução do consumo de água na unidade industrial recuperando o vapor de água gerado nos sistemas de aquecimento da unidade industrial.

Medidas aplicáveis em situação hídrica normal e de escassez com incidência na RLVT

Dada a grande diversidade e especificidade das medidas que preveem a redução de perdas nos sistemas de condução de água e a redução dos consumos, constantes do capítulo 5, Estrutura do PNUEA (quadro 2), optou-se por apresentar neste ponto, apenas os tópicos que agregam as referidas medidas.

A. Setor Urbano

1. Sistemas Públicos;
2. Sistemas prediais e instalações coletivas;
3. Dispositivos em instalações residenciais, coletivas e similares;
4. Usos Exteriores;
5. Campos desportivos e outros espaços verdes de recreio.

B. Setor Agrícola

1. Gerais;
2. Sistemas de transporte e distribuição;
3. Rega por gravidade;

4. Rega por aspersão;
5. Rega localizada.

C. Setor Industrial

1. Gerais;
2. Processo de fabrico industrial;
3. Sistema de transferência de calor;
4. Limpeza de instalações e equipamentos;
5. Processamento fabril;
6. Ao nível dos usos similares aos urbanos.

Programa de Ações 2012-2020 previstas, segundo a área programática

Sensibilização, Informação e Educação

Sector	Ações
Urbano	<p>Ação de sensibilização e informação dirigida a:</p> <ol style="list-style-type: none"> 1.1 Entidades gestoras públicas e privadas de sistemas de abastecimento de água potável; 1.2 Consumidores domésticos, coletivos e comerciais; 1.3 Promotores imobiliários, arquitetos, engenheiros e instaladores; 1.4 Ação de educação dirigida a docentes e discentes do ensino primário e secundário.
Agrícola	<p>Ação de sensibilização e informação dirigida a:</p> <ol style="list-style-type: none"> 1.5 Entidades gestoras de abastecimento de água para rega; 1.6 Agricultores
Industrial	1.7 Ação de sensibilização e informação dirigida aos industriais

Documentação, Formação e Apoio Técnico

Sector	Ações
Urbano	<p>Elaboração de documentação e ações de formação dirigidas a:</p> <ol style="list-style-type: none"> 2.1 Entidades gestoras públicas e privadas de sistemas de abastecimento de água potável; 2.2. Consumidores domésticos, coletivos e comerciais. <p>Ação de apoio técnico e de divulgação de informação útil dirigida a:</p> <ol style="list-style-type: none"> 2.3 Consumidores domésticos, coletivos e comerciais; 2.4 Promotores imobiliários, arquitetos, engenheiros e instaladores.
Agrícola	<p>Elaboração de documentação e realização de ações de formação dirigidas a:</p> <ol style="list-style-type: none"> 2.5 Entidades gestoras de abastecimento de água para rega; 2.6 Agricultores.
Industrial	2.7 Elaboração de documentação e realização de ações de formação dirigida a industriais.

Regulamentação técnica, Normalização, Rotulagem e Certificação

Setor	Ações
--------------	--------------

Urbano	<p>3.1 Elaboração ou atualização de legislação aplicável a dispositivos e equipamentos em termos de regulamentação e rotulagem;</p> <p>3.2 Elaboração e atualização de normas portuguesas aplicáveis a dispositivos e equipamentos;</p> <p>3.3 Implementação de um sistema de classificação da eficiência de utilização de água (Certificação) aplicável a dispositivos e equipamentos;</p> <p>3.4 Elaboração do regulamento de certificação hídrico de edifícios, que fomente o conceito de “desempenho eficiente dos edifícios”;</p> <p>3.5 Integração da certificação hídrica de edifícios com o Sistema Nacional de Certificação Energética e da Qualidade do Ar Interior.</p>
Agrícola	3.6 Elaboração e atualização de legislação sobre o uso da água na agricultura.
Industrial	3.7 Elaboração e atualização de legislação sobre o uso da água na indústria.

Monitorização do Programa

A Comissão de implementação e Acompanhamento irá proceder à monitorização da execução do PNUEA, ao longo de todo o processo de implementação, para todos os setores consumidores de água, através de:

- Implementação de um sistema de indicadores de medição da eficácia e eficiência do Programa (indicadores de níveis e âmbitos regional e nacional que traduzam a evolução do estado, das pressões e das respostas, que permitam medir o progresso do processo conducente ao cumprimento dos objetivos);
- Monitorização dos processos em execução de intervenções; auditorias; atribuição de distinções públicas de mérito;
- Indicadores de participação pública e planos de comunicação externo e interno como instrumento de orientação da comunicação periódica para diversificação das interações com os agentes singulares e/ou coletivos.

6. Estratégia Nacional para o Mar – 2013 - 2020

Data: Abril 2014

Diploma de aprovação:

Objetivos

1. Recuperar a identidade marítima nacional num quadro moderno, pró-ativo e empreendedor;
2. Concretizar o potencial económico, geoestratégico e geopolítico do território marítimo nacional, tornando o Mar-Portugal num ativo com benefícios económicos, sociais e ambientais permanentes;
3. Criar condições para atrair investimento, nacional e internacional, em todos os setores da economia do mar, promovendo o crescimento, o emprego, a coesão social e a integridade territorial, e aumentando, até 2020, a contribuição direta do setor Mar para o PIB nacional em 50%;
4. Reforçar a capacidade científica e tecnológica nacional, estimulando o desenvolvimento de novas áreas de ação que promovam o conhecimento do Oceano e potenciem, de forma eficaz, eficiente e sustentável, os seus recursos, usos e atividades;
5. Consagrar Portugal, a nível global, como nação marítima e como parte incontornável da PMI e da estratégia marítima da UE, nomeadamente para a área do Atlântico.

Ações a desenvolver nas áreas programáticas com incidência no Oeste e Vale do Tejo

Eixo de Ação 1 – Governação

Área programática 3: Educação, Ciência e Tecnologia

Promoção da literacia nacional do mar através da ação em contexto escolar e em contexto não formal, promovendo, para a primeira, a inclusão nos conteúdos educativos de todas as fases de ensino, das matérias e factos marítimos adequados, e, para a segunda, a disponibilização de materiais e a realização de programas de sensibilização e educação.

- Incremento das componentes de especialização nos currícula do ensino superior e no quadro de ensino técnico-profissional, assegurando o encontro das qualificações e competências com o mercado de trabalho e a oferta de emprego;
- Criação e manutenção das condições para uma continuada investigação em ciências e tecnologias do mar, com ocupação permanente, designadamente através de observatórios in situ e da observação remota da Terra, e com ocupação a termo, através de navios ou plataformas robóticas.

Efeitos esperados para a AP3 Educação, Ciência e Tecnologia:

1. Sociedade que educa as gerações futuras acerca dos valores do oceano, em todas as fases de ensino e nos planos curricular e extra curricular;
2. Sociedade que prepara a população ativa para as profissões do mar, nos currícula do ensino superior e no ensino técnico-profissional, que promove a massa crítica dos setores público e privado, a fixação local/regional do emprego e a sua flexibilidade e mobilidade, em alinhamento com as necessidades do mercado de trabalho.

Área programática 4: Identidade e Cultura

- Promoção da cultura marítima de Portugal e incentivo à participação das comunidades ribeirinhas assumindo um papel de relevo na promoção da diversidade e da especialização regional e local.

Efeitos esperados para a AP4 Identidade e Cultura:

1. Sociedade que conhece a importância do mar na História portuguesa e a sua influência no Portugal de hoje;

2. Sociedade consciente do valor potencial da parcela marítima do seu território e da importância crucial que é a de preservar, para o futuro, este recurso nacional;

3. Divulgação do património subaquático português, internamente e no estrangeiro, como forma da sua valorização e de promoção turística nacional.

Domínio Estratégico de Desenvolvimento 1 – Recursos Naturais (SD1 – Sistema)

Área programática 1: Oceano

Eixo de Ação 3 – Preservação

- Estabelecimento de uma rede de áreas marinhas protegidas, eficazmente geridas, coerente e adaptada ao território nacional no quadro dos compromissos internacionais assumidos e da estratégia nacional de conservação da natureza adotada, por forma a recuperar ecossistemas degradados e fomentar o seu potencial como zona de recrutamento, contribuindo a prazo para a melhoria da eficácia e eficiência das atividades, nomeadamente das pescarias. A delimitação de novas áreas marinhas protegidas, bem como a execução dos planos de gestão e respetivas medidas, implicam o reconhecimento científico relativamente aos valores naturais, impactos e pressões nela contidos, contribuindo, de modo fundamental, para consolidar o processo de extensão da Rede Natura 2000 ao ambiente marinho.

Efeitos esperados para a AP1 Oceano:

3. Sistema nacional de áreas classificadas coerente e que preserva áreas representativas de ecossistemas relevantes.

Domínio Estratégico de Desenvolvimento 1 – Recursos Naturais (SD2 – Recursos Vivos)

Área programática 1: Pesca e Indústria do Pescado

Eixo de Ação 1 – Pesquisa

- Implementação de ações de modernização da frota de pesca, no cumprimento dos princípios e objetivos da reforma da PCP1, em linha com o pilar “Pesca Verde e Inteligente”, aí previsto, assim como com os fundos comunitários de apoio.

Eixo de Ação 2 – Exploração

- Promoção do aproveitamento de novas espécies para o desenvolvimento de produtos alternativos com aceitação no mercado, sobretudo recorrendo a espécies cujos stocks se encontrem em níveis adequados para exploração em quantidade alargada;

- Valorização dos produtos existentes, nomeadamente, através da certificação de pesca sustentável, de origem e de qualidade controladas;

- Aproveitamento e valorização da matéria orgânica descartada no processamento do pescado, nomeadamente, para aproveitamento de óleos de peixe, incluindo o Omega 3.

Efeitos esperados para a AP1 Pesca e Indústria do Pescado:

1. Setor moderno e eficiente, com boas práticas ambientais e inovador na gama de produtos, processos de captura, transformação e conservação;

2. Ligação da atividade da pesca tradicional com outras relacionadas com o mar e os valores culturais;

3. Distribuição mais justa de rendimentos e melhoria da qualificação profissional;

4. Gestão dos stocks de pesca, seletividade dos processos de captura e redução das rejeições.

Área programática 2: Aquicultura

Eixo de Ação 2 – Exploração

- Criação de uma rede de áreas de exploração de aquicultura promovendo a sua complementaridade.

Efeitos esperados par a AP2 Aquicultura:

2. Zonamento do potencial identificado, rentabilidade das plataformas e infraestruturas e potenciação do valor da cadeia de produção;
3. Emprego local promovido e fixado através de uma aquicultura regionalizada;

Área programática 3: Biotecnologia Marinha

Eixo de Ação 2 – Exploração

- Reforço do parque nacional de empresas dedicadas à biotecnologia azul incentivando a sua constituição e reforço da atividade;
- Incentivo à fixação de empresas internacionais, sobretudo quando em parceria com empresas nacionais.

Efeitos esperados para a AP3 Biotecnologia Marinha:

1. Aplicações industriais, farmacológicas, médicas e cosméticas, e valorização de produtos de pesca e da aquicultura, desenvolvidas e internacionalizadas em parceria, e assegurando as boas práticas ambientais.

Domínio Estratégico de Desenvolvimento 1 – Recursos Naturais (SD3 – Recursos Não Vivos)

Área programática 2: Recursos Energéticos

Eixo de Ação 2 – Exploração

- Promoção da instalação de parques de produção de energia de base renovável no offshore nacional.

Efeitos esperados para a AP2 Recursos Energéticos:

1. Zonamento do potencial e prospeção do combinado das energias marinhas, renováveis e não renováveis, convencionais e não convencionais, nas perspetivas da valorização económica, da segurança energética e da redução da pegada de carbono, assegurando boas práticas;
3. Promoção de emprego especializado na área das energias marinhas, associado a um parque de energias renováveis produtivo.

Domínio Estratégico de Desenvolvimento 2 – Outros Usos e Atividades

Área programática 1: Portos, Transportes e Logística

Eixo de Ação 1 – Pesquisa

- Promoção da multimodalidade e integração logística com base nas componentes portuárias e de transporte marítimo.

Eixo de Ação 2 – Exploração

- Desenvolvimento de uma política portuária comercial nacional comum, devidamente articulada no sentido de maximizar o seu potencial agregado, designadamente otimizando a capacidade disponível e racionalizando os custos portuários, permitindo a redução dos tarifários, o estímulo da competitividade dos portos e um maior potencial de atratividade para os investidores, mediante a identificação dos agentes públicos e privados com peso mais relevante na fatura portuária, por forma a estabelecer como objetivo a diminuição proporcional dos custos portuários induzidos por cada um;
- Consolidação da integração do sistema portuário comercial na rede transeuropeia de transportes e nas cadeias logísticas da fachada atlântica, através do reforço da posição dos portos enquanto nós da rede e efetuando uma aposta clara na logística, nas acessibilidades e na integração multimodal, promovendo igualmente o transporte marítimo e as autoestradas do mar, para o que desempenha um papel decisivo a contínua simplificação de procedimentos, integração modal de fluxos informacionais e melhoria da infoestrutura no âmbito do setor marítimo e portuário;
- Restruturação dos portos de pesca nacionais promovendo a avaliação da sustentabilidade da rede de

estruturas de apoio e criando um plano de desenvolvimento.

Efeitos esperados para a AP1 Portos, Transportes e Logística:

1. Otimização da capacidade disponível e racionalização dos custos portuários, permitindo a redução da fatura portuária;
2. Portos competitivos e com um maior potencial de atratividade para os investidores, sustentáveis, ordenados, seguros e eficientes, integrados na rede e cadeias de transportes, como suporte da economia;
5. Racionalização e reabilitação das infraestruturas portuárias de apoio à pesca tradicional, para promover a diversificação das atividades económicas locais, a sua sustentabilidade e a geração e fixação de emprego.

Área programática 2: Recreio, Desporto e Turismo

Eixo de Ação 1 – Exploração

- Promoção do turismo de cruzeiros, em franca expansão em Portugal, e do Turismo de bem-estar, no quadro do Plano Estratégico Nacional do Turismo.
- Desenvolvimento de uma política desportiva para o setor dos desportos náuticos e de ligação formativa e social ao mar dos cidadãos, mais jovens ou mais desfavorecidos, promovendo elos mais efetivos entre clubes e associações de desportos náuticos e a escola, o ensino e a ação social, contribuindo para uma sociedade mais coesa e integradora e para uma base mais alargada de praticantes que potencie a dinamização da alta competição.

Efeitos esperados para a AP2 Recreio, Desporto e Turismo:

1. Fortalecimento da náutica, internacionalizada e enraizada em todo o território, sendo geradora de emprego sustentável e especializado;
2. Sociedade empenhada em promover o acesso ao mar e o seu uso através da náutica, num contexto de lazer e desporto, incluindo a alta competição;
3. Desenvolvimento da náutica luso-atlântica como um destino;
4. Desenvolvimento de uma imagem forte da maritimidade de Portugal e da Europa.

Monitorização

A implementação da ENM2013-2020 será alvo de constante monitorização e avaliação, de forma a permitir, por um lado, aferir do grau de prossecução dos objetivos estabelecidos, e, por outro, assegurar a sua revisão e atualização, sempre que se verificarem alterações de contexto significativas que o justifiquem.

A DGPM garantirá a adequada monitorização a vários níveis de atuação, segundo várias vertentes, e proporá as alterações consideradas necessárias para o realinhamento/aperfeiçoamento do PMP, como plano de ação da ENM2013-2020, propondo à CIAM novas opções ou correções aos programas e projetos em execução.

A estruturação adotada para a ENM2013-2020, permitirá aferir, com objetividade, a evolução da situação, ao nível da execução e da eficácia das ações, avaliando objetivos e identificando os respetivos indicadores e metas, nomeadamente ao nível estratégico (Objetivos Estratégicos) e, relacionados com estes, ao nível de cada AP.

Em cada uma das AP, a ENM2013-2020 estabelece os objetivos para os respetivos PA e os efeitos esperados a curto e médio prazos que, na fase de execução da estratégia, permitirão aos grupos de trabalho, constituídos por representantes de todas as tutelas envolvidas e por outros parceiros relevantes, desenvolver os mesmos, de forma adequada.

7. Roteiro Nacional de Baixo Carbono 2050

Data: Maio 2012

Diploma de aprovação: RCM n.º 93/2010 de 26 de Novembro

O Roteiro Nacional de Baixo Carbono visa determinar um conjunto de trajetórias de redução de emissões custo-eficiente (para diferentes objetivos de longo-prazo de redução das emissões nacionais de Gases com Efeito de Estufa) e as opções políticas associadas, tendo em consideração o contributo nacional para o objetivo comunitário estabelecido para 2050.

Cenários

Este documento assenta num conjunto de exercícios de modelação para um horizonte temporal até 2050 que, por sua vez, se suporta em cenários de evolução macroeconómica para Portugal, traduzindo-se em projeções coerentes de variáveis relevantes a cada estudo.

Cenário Baixo baseia-se no modelo de desenvolvimento seguido nos últimos 15 anos, com incidência sobretudo no investimento em bens não transacionáveis, refletindo-se num ritmo de crescimento económico lento e fortemente dependente da conjuntura externa. Esta continuidade pressupõe a manutenção das estratégias e das características dominantes do comportamento dos agentes económicos.

Cenário Alto representa um desvio de rota e estratégia no desenvolvimento nacional, correspondendo ao renascimento da economia portuguesa, traduzido por um aumento da competitividade e numa reestruturação económica do país.

Os dois cenários contrastantes – cenário Alto e cenário Baixo - pretendem representar, respetivamente, o limite superior e inferior do desenvolvimento económico, a que corresponderão padrões contrastados, de necessidades de serviços de energia.

Evolução das emissões nacionais de gases com efeito de estufa nas diferentes trajetórias baixo carbono consideradas (% face a 1990, cenários baixo e alto)

Trajectoria	2020	2030	2040	2050
Sem restrições	12% 20%	-6% 17%	-20% 19%	-27% 22%
Restrições 60% (sistema energético)	12% 20%	-6% -2%	-28% -23%	-52% -48%
Restrições 70% (sistema energético)	12% 20%	-6% -2%	-32% -27%	-60% -56%

Análise dos compromissos 2020

Emissões nos setores CELE (Comércio Europeu de Licenças de Emissão) e fora do CELE em 2020 e 2030 (% de redução face a 2005, cenários baixo e alto)

	2020	2030	2030	2030
		ET_CSM*	ET_C60*	ET_70*
CELE	-27% -19%	-49% -30%	-50% -37%	-46% -39%
Fora do CELE	-20% -15%	-24% -10%	-24% -28%	-27% -28%
Total	-23% -17%	-35% -19%	-35% -32%	-35% -33%

* Diferentes cenários de emissões totais que têm em conta o sector energia, conjugado com os sectores resíduos e agricultura.

Indicador de eficiência energética		
Consumo de Energia (PJ*)	Alto	Baixo
BAU (<i>Business as usual</i>) 2020	1049	985
Cenários 2020	834	767
% Eficiência Energética	-21	-22
Indicadores de energia renovável		
Consumo de Energia (PJ*)	Alto	Baixo
Eletricidade	118	118
Calor e frio Edifícios e Indústria	84	79
Agricultura	0	0
Transportes	7	8
Energia Final renovável (a)	209	205
Energia Final Total (b)	716	664
% Energia renovável (a/b)	29	31
% Eletricidade renovável	51	54
% Eletricidade renovável nos transportes	6	6
* Petajoules		

8. Estratégia Nacional para as Florestas 2020

Data: Fevereiro 2015

Diploma de aprovação: RCM n.º 114/2006, de 15 de setembro

Decorridos oito anos sobre a aprovação da ENF e em resultado do processo de avaliação a que foi submetida, o Governo entendeu proceder à sua atualização, que assenta nas linhas estratégicas antes definidas e reformula a matriz de operacionalização com o objetivo de conferir uma maior aderência e coerência a este instrumento.

Objetivos Estratégicos

A. Minimização dos Riscos de Incêndios e Agentes Bióticos:

Defesa da Floresta contra incêndios (DFCI)

A política de DFCI está operacionalizada através de um plano nacional integrador de atitudes, vontades e recursos, o Plano Nacional de Defesa da Floresta Contra Incêndios (PNDFCI) 2006-2018, que prossegue objetivos estratégicos de redução da superfície florestal ardida. As ações desenvolvidas no âmbito do PNDFCI integram-se num quadro de responsabilidades, sustentado por um conjunto de diplomas, de modo a concretizar uma série de medidas que se distribuem pelos seguintes eixos estratégicos:

- Aumento da resiliência do território aos incêndios florestais;
- Redução da incidência dos incêndios;
- Melhoria da eficácia do ataque e da gestão dos incêndios;
- Recuperação e reabilitação dos ecossistemas e das comunidades;
- Adaptação de uma estrutura orgânica funcional e eficaz.

Em linha com o acima exposto, a operacionalização da estratégia, no que respeita à defesa da floresta contra incêndios desenvolve-se de acordo com os seguintes **objetivos específicos**:

A.1 Aumento da resiliência do território aos incêndios florestais

A.2 Redução da incidência dos incêndios

A.3 Garantir o cumprimento do PNDFCI

Proteção contra agentes bióticos nocivos

É fundamental consolidar e melhorar as várias funções e serviços que a floresta proporciona, garantindo e aumentando a sua valorização económica, ambiental e social através de uma gestão ativa e profissionalizada dos espaços florestais, adotando medidas de curto e médio prazo, de forma a:

- Tornar a floresta mais estável e resiliente aos ataques de agentes bióticos nocivos;
- Melhorar o valor ambiental e o valor social dos espaços florestais, maximizando as suas funções ambientais, protetoras e de enquadramento paisagístico;
- Aumentar a rentabilidade e a sustentabilidade económica do setor florestal numa ótica de multifuncionalidade;
- Contribuir para o ordenamento do território reforçando a sua sustentabilidade;
- Reforçar a capacidade técnica de apoio aos produtores e proprietários florestais.

A operação florestal contra agentes bióticos, desenvolve-se de acordo com os seguintes **objetivos específicos**, alinhados com o acima exposto:

A.4 Aumentar o conhecimento sobre a presença de agentes bióticos nocivos

A.5 Reduzir os danos nos ecossistemas florestais e consequentes perdas económicas

A.6 Reduzir o potencial de introdução e instalação de novos agentes bióticos nocivos

A.7 Aumentar o conhecimento científico sobre os agentes bióticos nocivos

Recuperação e reabilitação de ecossistemas florestais afetados

Nos casos de incêndios florestais as medidas de restauro, de reabilitação ou de substituição, deverão aplicar-se distinguindo-se:

- A intervenção de emergência, com medidas de curto prazo que terão como prioridade central a redução dos riscos e a minimização imediata dos impactos;
- A fase intermédia, nos dois anos seguintes ao incêndio, para recolha de salvados, análise da resposta da vegetação ao fogo, análise da ocorrência de pragas, reflorestação, etc.;
- A recuperação de longo prazo com medidas que consolidarão a recuperação do potencial produtivo e a reabilitação dos ecossistemas e das comunidades.

A operacionalização da estratégia, no que respeita à recuperação e reabilitação de ecossistemas florestais afectados desenvolve-se de acordo com o acima exposto, articulando-se com outros objetivos específicos:

A.9 Recuperar e reabilitar ecossistemas florestais afetados

B. Especialização do Território:

De modo a maximizar o valor económico total da floresta num território diversificado devem utilizar-se as espécies e os sistemas que maior riqueza social, em sentido lato, possam proporcionar por unidade de área. Propõe-se por isso especializar o território continental português em dois tipos de áreas, com base no conceito de vocação dominante:

- Área de produção lenhosa;
- Área de gestão multifuncional;

Acresce mencionar que este objetivo estratégico é concretizado através dos seguintes **objetivos específicos**:

B.1 Planear a abordagem regional

B.2 Conservar o solo e a água em áreas suscetíveis a processos de desertificação

B.3 Garantir a proteção de áreas florestais prioritárias para a conservação da biodiversidade

B.4 Promover a proteção das áreas costeiras

B.5 Conservar o regime hídrico

B.6 Adequar as espécies às características da estação

B.7 Aumentar o contributo das florestas para a mitigação das alterações climáticas

B.8 Promover a resiliência da floresta

C. Melhoria da Gestão Florestal e da Produtividade dos Povoamentos

No período 2009-2014 foram aprovados mais de 2500 PGF, nos quais ficam expressos os objetivos de gestão dos proprietários, que deverão estar em concordância com as normas orientadoras dos PROF, tendo deste modo presentes os modelos de silvicultura mais adequados para as funções que os espaços florestais desempenham em cada local. De acordo com essa lógica, os padrões culturais a desenvolver deverão basear-se em técnicas que preferencialmente acelerem os processos naturais, por via de intervenções culturais apropriadas, conservando a produtividade do solo, a capacidade de regeneração e a vitalidade dos povoamentos florestais, sendo essencial:

- Melhorar a planificação e organização do trabalho, programando adequadamente a realização das intervenções, de modo a concentrar, no tempo, o número de operações a executar e, assim, otimizar a utilização dos recursos;
- Adotar técnicas que diminuam os custos de instalação, de gestão e de exploração, aumentando a eficiência económica e ecológica das intervenções;
- Considerar a ampliação e diversificação de atividades e produtos na exploração florestal, para aumentar o rendimento.

A operacionalização do objetivo estratégico Melhoria da Gestão Florestal e da Produtividade dos Povoamentos, é assegurada através dos seguintes **objetivos específicos**:

C.1 Assegurar e melhorar a produção económica dos povoamentos

C.2 Diversificar as atividades e os produtos nas explorações florestais e agroflorestais

D. Internacionalização e Aumento do Valor dos Produtos

A melhoria na competitividade será alcançável através da implementação de medidas concretas que se podem agrupar nas seguintes vertentes:

- Viabilização da produção florestal, obtendo rentabilidades mais interessantes para os proprietários e investidores florestais;
- A diversificação da oferta de produtos florestais por parte do setor contribuirá para aumentar a sua capacidade de adaptação aos riscos de mercado;
- Os produtos florestais podem desempenhar um papel importante na concretização de uma estratégia de desenvolvimento e “economia verde”;
- A diminuição dos riscos de mercado dos produtos florestais portugueses passa também pela internacionalização e apoio à exportação dos produtos florestais, com foco nos mercados emergentes;
- Conhecimento das relações comerciais nas várias fileiras e o seu acompanhamento.

Em linha com o acima exposto, a operacionalização deste objetivo estratégico visará os seguintes **objetivos específicos**:

D.1 Responder às exigências de mercado no sentido de fornecimento de produtos certificados

D.2 Reforçar a orientação para o mercado

D.3 Reforçar a integração horizontal e vertical das fileiras

D.4 Modernizar e capacitar as empresas florestais

E. Melhoria Geral da Eficiência e Competitividade do Setor

A aposta na profissionalização e formação dos diferentes agentes do setor florestal será de capital importância para o aumento da competitividade e desenvolvimento do setor. Essa abordagem faz-se pela formação contínua dos ativos do setor florestal, nos vários níveis e profissões, de forma contínua e integrada, conferindo-lhes competências transversais e específicas para o desenvolvimento das suas atividades. Essa promoção irá desenvolver-se, segundo duas vertentes:

- Capacitação para a atividade, na ótica de um modelo misto, dirigindo a formação para a capacitação dos ativos (empresários, trabalhadores e produtores/proprietários florestais), aumentando as suas competências transversais e específicas;
- Formação técnica especializada, assente num modelo puro de especialização de competências.

A operacionalização do objetivo estratégico de melhoria geral da competitividade do setor é feita, em linha com o acima exposto, através dos seguintes **objetivos específicos**:

- E.1 Recolher e processar informação do setor de forma sistemática
- E.2 Promover o Inventário da propriedade florestal
- E.3 Aumentar a representatividade e sustentabilidade das organizações do setor
- E.4 Dinamizar novas formas de organização e gestão dos espaços florestais
- E.5 Desenvolver a inovação e a investigação florestal, nomeadamente através da criação de centros de Competência para cada uma das principais fileiras florestais
- E.6 Qualificar agentes do setor
- E.7 Fomentar a cooperação internacional

F. Racionalização e Simplificação dos Instrumentos de Política

A criação de um ambiente favorável ao investimento no sector, da produção à transformação, é uma linha de orientação que se afigura crítica para reduzir os custos de contexto. A ENF passa por ter competências claramente definidas e um quadro institucional estável, instrumentos de apoio eficazes e um sistema que assegure a transparência e equidade dos processos. A operacionalização deste objetivo, passa pelos seguintes **objetivos específicos**:

- F.1 Garantir a existência de mecanismos de coordenação no plano político e nas instâncias técnicas
- F.2 Melhorar o desempenho dos instrumentos de política florestal
- F.3 Racionalizar e simplificar o quadro legislativo
- F.4 Conferir enquadramento fiscal favorável ao investimento e gestão florestal

Matriz de Operacionalização da Estratégia

Objetivo Estratégico A: Minimização de Riscos de Incêndio e de Agentes Bióticos Nocivos

Objetivos Específicos	Indicadores de resultado	Metas
A.1 Aumentar a resiliência da floresta aos incêndios florestais	% da média móvel de 10 anos, de povoamentos florestais ardidos face à área total de floresta, a calcular anualmente no período 2018 a 2030	0,8%
A.2 Reduzir a incidência de incêndios	% da média móvel de 10 anos do número de ocorrências, a calcular anualmente entre 2015 e 2030	20%
A.3 Garantir o cumprimento do PNDFCI	Relatórios de avaliação da implementação do PNDFCI	Avaliação intercalar a concluir em 2014 e avaliação bianual até 2020
A.4 Aumentar o conhecimento sobre a presença de agentes bióticos nocivos	Distribuição e quantificação das pragas e doenças associadas aos vários sistemas florestais no território continental	50% dos sistemas até final de 2017 100% dos sistemas até final de 2020
A.5 Reduzir os danos nos ecossistemas florestais e consequentes perdas económicas	% de povoamentos com danos graves	10% até 2020

A.6 Reduzir o potencial de introdução e instalação de novos agentes bióticos nocivos	Percentagem de inspeções fitossanitárias	Mais 20% para além do que é anualmente obrigatório
A.7 Aumentar o conhecimento científico sobre os agentes bióticos nocivos	Linhas prioritárias de investigação concluídas	50% das linhas de investigação até final de 2017 100% das linhas de investigação até final de 2020
A.8 Diminuir os riscos de ocorrência, de desenvolvimento e de dispersão de espécies invasoras lenhosas	Área de ocupação de espécies invasoras lenhosas	Até 2030 a área ocupada por espécies invasoras lenhosas estabiliza
A.9 Recuperar e reabilitar ecossistemas florestais afetados	% dos incêndios com área superior a 500 há que são alvo de avaliação Área florestal afetada por agentes bióticos	Até 2020: 100% Área florestal afetada em 2030 reduz em relação a 2010
Objetivo Estratégico B: Especialização do território		
Objetivos Específicos	Indicadores de resultado	Metas
B.1 Planear a abordagem regional	Grau de concretização de matriz de especialização do território	Valor de área florestal total dentro do intervalo mínimo e máximo
B.2 Conservar o solo e a água em áreas suscetíveis a processos de desertificação	Evolução do estado de conservação do solo nas áreas suscetíveis a processos de desertificação	Até 2030, a evolução é positiva
B.3 Garantir a proteção de áreas florestais prioritárias para a conservação da biodiversidade	Estado de conservação dos habitats florestais na Rede natura	Em 2020 assinala-se progresso favorável em relação ao relatório 2013
B.4 Promover a proteção das áreas costeiras	Área de floresta em áreas costeiras	Em 2030: aumento face a 2010
B.5 Conservar o regime hídrico	% da área arborizada nas zonas sensíveis para a proteção do solo	Em 2020: aumento de 10% face a 2010
B.6 Adequar as espécies às características da estação	Grau de concretização das orientações estratégicas definidas para as sub-regiões homogéneas dos PROF	Em 2030 a ocupação florestal evolui no sentido das orientações estratégicas dos PROF
B.7 Aumentar o contributo das Florestas para a mitigação das Alterações Climáticas	Stock e fluxo anual de carbono orgânico no solo Stock e fluxo anual de carbono na biomassa florestal	Em 2025: Aumento face a 2010
B.8 Promover a resiliência da floresta	Densidade dos povoamentos de sobreiro Recorrência de incêndios em área de pinheiro bravo	A densidade média dos povoamentos de sobreiro não diminui face aos valores de 2010 Diminuição da recorrência de

		incêndios em pinheiro bravo face a 2010
B.9 Desenvolver a importância da floresta enquanto componente da Infraestrutura Verde	Extensão de povoamentos florestais acompanhando estruturas lineares Área de floresta urbana e periurbana	Aumentar a área acompanhando estruturas lineares face a 2010 Aumentar área de floresta urbana e periurbana face a 2010
Objetivo Estratégico C: Melhoria da Gestão Florestal e da Produtividade dos Povoamentos		
Objetivos Específicos	Indicadores de resultado	Metas
C.1 Assegurar e melhorar a produção económica dos povoamentos	Área florestal não sujeita a qualquer tipo de gestão	A área florestal não sujeita a qualquer tipo de gestão diminui face à estimativa de 2014
C.2 Diversificar as atividades e os produtos nas explorações florestais e agroflorestais	Valor total das jornadas de caça e de pesca e valor da resina e de outros produtos não lenhosos	Em 2030, aumento face a 2014
C.3 Promover a gestão florestal ativa e profissional	% da área florestal que implementa os modelos de silvicultura e modelos de gestão dos PROF	Até 2030: pelo menos 30%
Objetivo Estratégico D: Internacionalização e Aumento do Valor dos Produtos		
Objetivos Específicos	Indicadores de resultado	Metas
D.1 Responder às exigências de mercado no sentido de fornecimento de produtos certificados	Volume de madeira e outros produtos florestais certificados transacionados no mercado	Em 2020 aumento do volume em 50% face a 2010
D.2 Reforçar a orientação para o mercado	Volume (e valor) dos produtos florestais transacionados	Média do volume e do valor dos produtos florestais no período 2026-2030 é superior à média do período 2009-2013
D.3 Reforçar a integração horizontal e vertical das fileiras	Volume (e valor) dos produtos florestais transacionados	Aumento sustentado até 2030
D.4 Modernizar e capacitar as empresas florestais	Volume de investimento na modernização e capacitação das empresas florestais	Investimento em 2014-2020 superior ao investimento em 2007-2013
D.5 Desenvolver e promover novos produtos e mercados	Volume de exportações	Média do volume exportado em 2014-2020 superior ao volume exportado em 2013
Objetivo Estratégico E: Melhoria Geral da Eficiência e Competitividade do Setor		
Objetivos Específicos	Indicadores de resultado	Metas
E.1 Recolher e processar informação do setor florestal, de forma sistemática	Grau de implementação dos módulos do SNIRF	Até 2020 completo

E.2 Promover o cadastro predial da propriedade florestal	% de espaços florestais com cadastro ou inventário da propriedade	Em 2020 mais 10% do que em 2014
E.3 Aumentar a representatividade e sustentabilidade das organizações do setor	Membros das organizações do setor	Organizações com +20% de membros em 2020, em relação a 2013
E.4 Dinamizar novas formas de organização e gestão dos espaços florestais	Área florestal gerida de forma agrupada	+40% em 2030, relativamente a 2014
E.5 Desenvolver a inovação e a investigação florestal	Volume de investimento em I&D+i Novas patentes licenciadas relacionadas com o setor florestal	Investimento em 2014-2020 superior ao investimento em 2007-2013 Nº patentes 2014-2020 superior ao nº em 2007-2013
E.6 Qualificar os agentes do setor	% de operadores florestais ativos reconhecidos % de ativos com formação	50% até 2016 e 100% até 2020 % de ativos que realizaram formação especializada
E.7 Fomentar a cooperação internacional	Projetos de cooperação técnica	3 projetos em curso/ finalizados até 2020

Objetivo Estratégico F: Racionalização e Simplificação dos Instrumentos de Política

Objetivos Específicos	Indicadores de resultado	Metas
F.1 Consolidar a coordenação das políticas e instrumentos de aplicação	Redução dos custos de contexto da gestão e investimento nas atividades da fileira florestal	Redução significativa tal como é percebida pelos agentes do setor
F.2 Melhorar o desempenho dos instrumentos de política florestal	Grau de satisfação dos atores face aos instrumentos de política florestal	A generalidade dos atores reconhece melhoria no desempenho dos instrumentos
F.3 Racionalizar e simplificar o quadro legislativo	Grau de satisfação dos atores face à reforma do quadro legislativo	A generalidade dos atores (>50%) reconhece melhoria no quadro legislativo
F.4 Conferir enquadramento fiscal favorável ao investimento e gestão florestal	Criação do Estatuto Fiscal e Financeiro no Investimento e na Gestão Florestal Avaliação do quadro fiscal aplicável ao setor florestal	O EFFIGF é criado até 2015

Para cada objetivo específico existe um conjunto de objetivos operacionais, que dada a sua especificidade não são aqui apresentados.

Monitorização e Avaliação

No caso da Estratégia Nacional para as Florestas, o programa de seguimento da sua implementação, ou programa de seguimento, inclui os seguintes tipos de indicadores:

- Indicadores de realização:
- Indicadores de resultado:

- Indicadores de referência ou de contexto:
- Indicadores de impacto:

A matriz de operacionalização da ENF inclui um conjunto de indicadores de realização e de resultado cuja avaliação depende da recolha e sistematização regular de informação.

Importa, para tal, garantir que as entidades responsáveis e intervenientes na gestão e implementação da ENF forneçam de forma regular a informação necessária para a avaliação dos indicadores, o que só será possível com uma estreita colaboração e cooperação institucional. Será igualmente importante garantir a estruturação da informação necessária à monitorização da ENF, tirando partido dos módulos do Sistema de Informação do ICNF, I.P., e da obrigatoriedade de reporte sistemático de informação para os processos internacionais, europeus e pan-europeus.

Perspetivando o desempenho pleno da função de monitorização e avaliação, o seguimento da ENF desenvolve-se em dois níveis:

- Um nível institucional, de natureza consultiva, que integra as principais partes interessadas e representantes dos departamentos governamentais que contribuem para a execução da política florestal;
- Um nível técnico responsável pela integração dos fluxos de informação.

9. Plano de Ação de Proteção e Valorização do Litoral 2012-2015

Data: Junho 2012

Diploma de aprovação:

O Plano de Ação para o Litoral 2007-2013 foi aprovado por Despacho do Senhor Ministro do Ambiente, do Ordenamento do Território e do Desenvolvimento Regional de 9 de Outubro de 2007, constituindo-se como um plano plurianual de intervenções a realizar no litoral com base na identificação de ações prioritárias de âmbito nacional e outras medidas de intervenção de âmbito regional com metas e responsabilidades.

Este Plano identificava as ações prioritárias a levar a efeito, não esgotando por isso todas as intervenções a desenvolver no litoral previstas nos Programas de Execução dos Planos de Ordenamento da Orla Costeira em vigor. O Plano de Ação para o Litoral 2007-2013 foi revisto na íntegra, sendo agora designado por Plano de Ação de Proteção e Valorização do Litoral (PAPVL) 2012-2015.

De forma a uniformizar a abordagem que identifique as características das diversas ações, foram consideradas tipologias prioritárias de intervenção tipificadas.

Ações de Intervenção Prioritária

Atendendo ao enquadramento dado pelos documentos técnicos considerados, aos resultados e conhecimento resultante de programas de monitorização localizados, já desenvolvidos ou em curso, e às ações definidas nos Planos de Ordenamento da Orla Costeira em vigor, são consideradas como prioritárias, por ordem decrescente, as seguintes tipologias de intervenção:

Defesa Costeira e Zonas de Risco – sempre que sejam detetados riscos passíveis de porem em causa a segurança de pessoas e bens localizados na faixa costeira;

Estudos, Gestão e Monitorização – de forma a suportar e fundamentar tecnicamente as ações e intervenções previstas e garantir a sua adequabilidade face aos processos e mecanismos evolutivos presentes na faixa costeira;

Planos de Intervenção e Projetos de Requalificação – intervenções de requalificação e valorização da orla costeira previstas em Plano de Ordenamento da Orla Costeira, designadamente planos de praia e ações enquadradas em Unidades Operativas de Planeamento e Gestão, e ainda outras integradas nas operações Polis.

Ações com Impacto no OVT

Defesa Costeira e Zonas de Risco

Código	Concelho	Ações	Valor Global	Não executado	Prioridade
P1-11	Peniche	Arriba da Ponta da Consolação – Peniche	1.431.040,00 €	1.372.000,00 €	Máxima
P1-12	Peniche	Arribas envolventes à Praia de S. Bernardino – Peniche	1.818.030,00 €	1.792.725,00 €	Máxima
P1-13	Lourinhã	Arribas da Praia da Areia Branca – Lourinhã	729.545,00 €	701.110,00 €	Máxima
P1-35	Peniche	Arriba da Praia da Berlenga - Peniche	150.000,00 €	150.000,00 €	Elevada
P1-36	Caldas da Rainha,	Lagoa de Óbidos –	15.425.049,54 €	15.237.824,56 €	Elevada

	Óbidos	Óbidos (Dragagens e defesa da margem sul da Lagoa – 2ª fase)			
P1-37	Torres Vedras	Arribas da praia de Porto Novo – Torres Vedras	623.000,00 €	623.000,00 €	Elevada
P1-57	Lourinhã	Arribas junto ao forte do Paimogo – Lourinhã	591.000,00 €	591.000,00 €	Média
P1-58	Lourinhã	Arribas em Porto das Barcas - Lourinhã	691.000,00 €	691.000,00 €	Média
		Arribas em Ponta da Corva – Lourinhã	591.000,00 €	591.000,00 €	Média
P1-59	Lourinhã	Arribas em Porto Dinheiro – Lourinhã	606.500,00 €	606.500,00 €	Média
Estudos, Gestão e Monitorização					
Código	Concelho	Ações	Valor Global	Não executado	Prioridade
P2-11	Todos os concelhos do Litoral	Avaliação e acompanhamento das situações de risco – todos os concelhos	960.000,00 €	960.000,00 €	Máxima
P2-12	Alcobaça, Nazaré, Peniche, Caldas da Rainha, Óbidos, Lourinhã, Torres Vedras	Elaboração/ Revisão do POOC Alcobaça - Espichel	1.494.450,00 €	1.494.450,00 €	Máxima
Planos de Intervenção e Projetos de Requalificação					
Código	Concelho	Ações	Valor Global	Não executado	Prioridade
P3-28	Alcobaça	Plano de Praia da Praia da Légua - Alcobaça	1.697.484,18 €	1.649.971,68 €	Elevada
P3-30	Caldas da Rainha	Praia do Mar/ Foz do Arelho – Caldas da Rainha	4.200.000,00 €	4.200.000,00 €	Média
P3-31	Peniche	Praias do Baleal Norte, Baleal Sul e Baleal Campismo - Peniche	2.000.000,00 €	2.000.000,00 €	Média
P3-32	Peniche	Plano de Praia da Praia do Medão/ Super Tubos – Peniche (inclui também a Praia do Molhe Leste)	1.618.020,47 €	1.618.020,47 €	Elevada

P3-33	Peniche	Plano de Praia das Praias da Consolação/ Consolação Norte - Peniche	2.132.924,62 €	2.084.891,25 €	Elevada
P3-34	Lourinhã	Plano de Intervenção de Porto Dinheiro - Lourinhã	1.100.000,00 €	1.100.000,00 €	Elevada
P3-35	Lourinhã	Plano de Praia da Praia do Peralta - Lourinhã	1.556.618,97 €	1.533.749,97 €	Elevada
P3-36	Lourinhã	Praia da Areia Sul - Lourinhã	750.000,00 €	750.000,00 €	Média
P3-37	Torres Vedras	Praia Azul – Torres Vedras	1.115.000,00 €	1.115.000,00 €	Elevada
P3-38	Torres Vedras	Plano de Intervenção da Assenta Norte	2.000.000,00 €	2.000.000,00 €	Elevada
P3-39	Torres Vedras	Plano de Praia da Praia do Navio, Mirante, Pisão e Física – Torres Vedras	1.075.000,00 €	1.075.000,00 €	Elevada
P3-40	Óbidos	Projeto Obra Recuperação/ Requalificação	1.500.000,00 €	1.500.000,00 €	Média

Monitorização e Avaliação

Com vista à monitorização e avaliação da execução do PAPVL 2012-2015, é criada uma Comissão de Acompanhamento, com pontos focais de cada uma das regiões hidrográficas que tem por missão promover um acompanhamento detalhado das componentes físicas e financeiras do plano. Terá como instrumento de trabalho uma ferramenta de gestão de projetos, a funcionar em rede de forma colaborativa, e serão adotados um conjunto de indicadores de realização apoiados em métricas identificadas para o efeito.

A avaliação global da execução do Plano será efetuada semestralmente, sendo no entanto de referir que através da ferramenta de gestão de projetos, será possível acompanhar a execução do plano de forma contínua ao longo do tempo.

Os indicadores a ser utilizados possibilitarão um acompanhamento do que foi executado no âmbito do PAPVL, não só de forma global (N.º de ações executadas e investimento associado), como também por prioridades (% de ações executadas por prioridade - Máxima, Elevada, Média, Baixa e % de investimento executado por prioridade - Máxima, Elevada, Média, Baixa), e ainda direcionado para o problema que se pretende solucionar (Extensão de faixa costeira dunar intervencionada com vista à minimização do risco de erosão costeira, Extensão de faixa costeira de arribas intervencionada com vista à minimização do risco associado às arribas e N.º de praias requalificadas).

10. Portugal 2020 Programa Nacional de Reformas

Data: Março 2011

Diploma de aprovação:

De acordo com a Estratégia Europa 2020 aprovada pelo Conselho Europeu, o Programa Nacional de Reformas (PNR) a apresentar por cada País deve ser elaborado em articulação com o Programa de Estabilidade e Crescimento (PEC), garantindo a coerência entre os dois instrumentos, com reformas que no curto prazo levem em conta a prioridade da consolidação orçamental e da correção dos desequilíbrios macroeconómicos e que contribuam para o reforço da competitividade, do crescimento e do emprego.

O Portugal 2020 – Programa Nacional de Reformas, concretiza e aprofunda as Linhas de Orientação para o PNR 2020 aprovadas em Conselho de Ministros em 12 de Novembro de 2010 e remetido nessa data para apreciação da Comissão Europeia. Integra ainda os comentários elaborados pela Comissão a essas linhas orientadoras, o resultado das reuniões bilaterais de trabalho, as orientações de documentos europeus e nacionais posteriormente aprovados e os contributos do debate alargado realizado com as instituições e com a sociedade civil.

A partir das Linhas de Orientação para o PNR 2020, a coordenação nacional da Estratégia Europa 2020 promoveu debates sectoriais e regionais, realizou uma sessão de trabalho com convidados nacionais e internacionais e dinamizou grupos temáticos para garantir a apropriação nacional da estratégia e do programa agora apresentado. A rede nacional de coordenação constituída por pontos focais de todos os Ministérios assegurou a compatibilidade e a apropriação política das linhas de reforma e de ação que constituem este programa.

Compromissos e metas do Portugal 2020 – Programa Nacional de Reformas

- Redução do défice público: 4,6% do PIB em 2011, 3% em 2012 e 2% em 2013;
- Aumento do peso das exportações no PIB para 40% em 2020;
- Intensidade em I&D (DIDE/PIB): 2,7% - 3,3%, dos quais de 1,0% - 1,2% no sector público e de 1,7% - 2,1% no sector privado em 2020 (1,9% em 2014);
- Redução para 10% da taxa de saída precoce do sistema de ensino em 2020 (15% em 2014) e aumento para 40% de diplomados entre os 30 e os 34 anos em 2020 (30% em 2014);
- 31% da eletricidade consumida produzida com recurso a fontes endógenas e renováveis (23,1 em 2014 com base num critério de média dos últimos dez anos), aumento da eficiência energética em 20% (9,8% em 2015) e contributo nacional para a redução das emissões de gases com efeito de estufa ao nível europeu em 20% em 2020;
- Taxa de emprego de 75% para a população entre os 20 e os 64 anos em 2020 (71% em 2014);
- Redução do nível de pobreza em menos 200 000 pessoas em 2020 (menos 50 000 em 2014).

Quadro Síntese: Objetivo I&D e Inovação

Linhas de Ação	Medidas Principais	Horizonte temporal/Indicadores de execução	Impacto orçamental
I&D – Um compromisso com a ciência para 2020			
Instituições: Reforçar e promover instituições científicas e a sua afirmação na sociedade, assim	1. Adotar medidas de reorganização, estimulando a concentração de massas críticas,	- Duplicar o rácio de técnicos por investigador - Duplicar o número total de investigadores nas empresas	Manter o crescimento anual do financiamento para atividades de C&T

como a sua ligação ao tecido empresarial, reforçando a atividade de I&D nas empresas	dinamizando consórcios de I&D		
Internacionalização: Reforçar o apoio à inserção de investigadores e instituições científicas em redes internacionais de produção e difusão de conhecimento	1.Reforçar redes e parcerias internacionais, na Europa e nos EUA, orientadas por redes temáticas de C&T que estimulem a excelência científica e a empregabilidade de investigadores doutorados em Portugal 2.Promover redes temáticas de C&T orientadas para aumentar a capacidade das empresas para exportarem e acederem a mercados emergentes	- Duplicar a produção científica nacional referenciada internacionalmente; - Reforçar redes temáticas de C&T orientadas para aumentar a capacidade das empresas em exportar e aceder a mercados emergentes	
Inovação			
Agenda Digital 2015			
Redes de Nova Geração (RNG)	1.Banda Larga de Nova Geração ao alcance de todos; 2.Serviços baseados nas RNG para desenvolvimento da economia e da sociedade; 3.Plataformas de suporte às empresas; 4.Desenvolvimento de competências industriais TICE e RNG em rede para a Internacionalização	Final de 2012: cobertura nacional de 100% em termos de RNG fixas. Final de 2015: cobertura nacional de 100% em termos de RNG móveis.	1100 milhões serão investidos pelos operadores em infraestruturas de fibra instaladas no mercado 600 milhões serão investidos pelos diversos agentes do mercado no desenvolvimento de serviços e conteúdos 750 milhões em desenvolvimento e modernização de redes.
Saúde de Proximidade	1.Redes de Nova Geração da Saúde; 2.Processos Clínicos e Administrativos Sem Papel nos Hospitais;	Final de 2012: criado um registo básico da informação de saúde de cada cidadão, acessível online. Final de 2015: informação disponível através de um registo completo e preparado para integração no contexto Europeu.	O programa de redes rurais, único com participação

Mobilidade Inteligente	<ol style="list-style-type: none"> 1. Infra-Estruturas de suporte à Mobilidade Inteligente; 3. Plataforma Mobi.E para disseminação dos veículos elétricos 	<p>Final 2015: Colocar Portugal como País de referência no domínio do desenvolvimento da mobilidade sustentável, desenvolvendo um cluster industrial e de serviços produtor e exportador de soluções sustentáveis.</p>	<p>directa de fundos públicos mobilizará 200 milhões de Euros, incluindo 106 milhões de comparticipação pública para garantir a universalidade e a equidade do acesso</p>
Inovação Portugal 2020			
<p>Acelerar a produção e a integração de produtos inovadores nos mercados globais</p>	<ol style="list-style-type: none"> 1. Inovação PME Portugal; 2. PatentInova; 3. Espaços Inovação; 4. SIMPLEX exportações; 5. INOV-Export ; 6. Reforço da política de clusters e pólos de competitividade; 7. Aposta na eco-inovação; 8. Desenvolvimento e internacionalização das indústrias culturais e criativas 	<p>A ser definido</p>	
<p>Reforçar a capacidade empreendedora, a criação de empresas de base tecnológica, a componente experimental do ensino e a interação escola / empresa</p>	<ol style="list-style-type: none"> 1. Licenciamento Zero; 2. Redução do capital social mínimo para constituição de uma empresa; 3. Estimular a Inovação Aberta (open innovation); 4. Estimular a Internacionalização da I&D Portuguesa; 5. Melhorar a articulação da Rede de Incubadoras existente em Portugal; 6. Balcão do Empreendedor; 7. Aprofundar o estímulo para uma cultura de empreendedorismo no sistema de ensino; 8. Dinamizar uma maior inovação na área social. 	<p>A ser definido</p>	<p>Apoios no âmbito do QREN e Orçamento do Estado</p>
Quadro Síntese: Objetivo Educação			

Linhas de Ação	Medidas Principais	Indicadores de execução	Impacto orçamental
Redução da Saída Precoce do Sistema de Ensino e Formação			
Reorganização e racionalização da rede escolar/ Redução da Taxa de saída precoce do sistema de educação e formação	1. Encerramento das escolas do 1º ciclo com menos de 21 alunos 2. Entrada em parque de novos centros escolares 3. Reorganização dos agrupamentos de escolas e escolas não agrupadas	2012: - Nº de escolas com menos de 21 alunos encerradas por ano letivo; 2012: - Nº de escolas com menos de 21 alunos encerradas por ano letivo; - Nº de agrupamentos integrados por ano letivo; - Nº de novos centros escolares por ano letivo; - Taxa de redução do nº de unidades de gestão por ano letivo; - Taxa de redução do nº de escolas por ano letivo;	Apoio do QREN até 2013
Ensino Superior: um Contrato de Confiança para o Futuro de Portugal			
Reestruturar a oferta e reforçar a eficiência: Otimizar recursos e a oferta	1. Reforçar os mecanismos de auto-regulação, de forma a aumentar a eficiência do sistema 2. Adotar medidas de racionalização da estrutura do corpo docente 3. Partilhar serviços 4. Reduzir custos energéticos e de comunicações	Reduzir o número de unidades curriculares Reorganizar a oferta Reforçar os processos de avaliação e acreditação	Estabilidade das dotações orçamentais do OE para o ensino superior como estabelecido no Contrato de Confiança com o Ensino Superior
Empregar: Apoiar a inserção dos jovens diplomados no mercado do trabalho	1. Sistematizar procedimentos de recolha e divulgação de informação sobre o emprego dos diplomados e a empregabilidade dos diferentes cursos de ensino superior 2. Estimular uma rede de gabinetes de apoio ao emprego e ao empreendedorismo 3. Criar um Fórum Permanente para a Empregabilidade dos Jovens Diplomados	Estimular o emprego de jovens diplomados	
Quadro Síntese: Objetivos Energia Clima			

Linhas de Ação	Descrição / objetivos	Medidas principais	Horizonte temporal e Indicadores de execução	Impacto orçamental
<p>Plano Nacional de Ação para as Energias Renováveis 2020 (que concretiza a ENE 2020 quanto a energias renováveis).</p>	<ul style="list-style-type: none"> - Desenvolver e diversificar o mix energético nacional - Promover o desenvolvimento de uma fileira industrial indutora do crescimento económico e do emprego - Promover a investigação e desenvolvimento no sector das energias renováveis - Contribuir para a redução da dependência externa - Contribuir para o aumento da segurança do abastecimento 	<p>Energia Hídrica</p> <p>Energia Eólica</p> <p>Energia Solar</p> <p>Biomassa</p> <p>Biogás e Resíduos</p> <p>Ondas</p>	<p>Final de 2020: aumento de potência instalada em 9548MW.</p> <p>Final de 2015: capacidade instalada superior a 6000 MW.</p> <p>Final de 2020: capacidade instalada de 6875 MW.</p> <p>Final de 2020: - Potência instalada no solar termoeléctrico – fotovoltaico de concentração de 1500 MW.</p> <p>- Instalação de 250 MW de unidades de microgeração.</p> <p>- Instalação de 500MW de Minigeração.</p> <p>Até 2020: - Concretizar a instalação de 250 MW da potência atribuída para centrais dedicadas;</p> <p>- Atingir a capacidade instalada de 952 MW.</p> <p>Até 2020: atingir 150MW, nomeadamente na exploração do potencial associado ao biogás.</p> <p>Até 2020: atingir 250 MW de potência instalada.</p>	<p>O investimento global ultrapassará os 19000 milhões de euros. Possibilitará um valor acrescentado bruto de 3800 milhões de euros e a criação de mais 100.000 postos de trabalho.</p> <p>O desenvolvimento de capacidade renovável para a produção de electricidade não tem impactos em termos de OE, dado que os investimentos feitos por privados sendo a remuneração dos projectos garantida por tarifas de regime especial que são reflectidas na tarifa eléctrica. As tarifas são definidas em função da maturidade das tecnologias e do interesse nacional no seu desenvolvimento. Não é indicada a utilização dos fundos do QREN dado que as tarifas repercutem o custo integral dos investimentos.</p>

Plano Nacional de Ação para a Eficiência Energética 2020	Promover medidas de eficiência energética e estabelecer um cluster industrial associado	<ol style="list-style-type: none"> 1. MOBI.E: Criar uma rede de carregamento de veículos elétricos; 2. Smart grids: Promover e apoiar redes elétricas inteligentes; 3. Smart cities: Apoiar experiências piloto 4. Fundo de Eficiência Energética (FEE) 5. Medidas no sector dos Transportes 6. Edifícios 7. Indústria e Agricultura 8. ECO_AP 	Taxa de execução do PNAEE até 2015.	<p>Estima-se um investimento de cerca de 13 mil milhões de euros, repartidos entre smart grids (1000 milhões de euros), MOBI.E (3 mil milhões de euros) e eficiência energética (9 mil milhões de euros). Os investimentos serão essencialmente suportados pelos operadores privados e parte, por fundos públicos autónomos do Orçamento de Estado através do Fundo para a Eficiência Energética e do Fundo Português para o Carbono. Haverá ainda uma parte reduzida a ser suportada via (QREN), para algumas das medidas que integram o PNAEE (como a instalação de colectores solares térmicos e medidas de eficiência energética nas PME. Em termos de emprego representará até 2020 a criação de cerca de 21 000 empregos directos e indirectos, repartidos pelas áreas da eficiência energética (12 000), MOBI.E (6 000) e smart grids (3 000).</p>
--	---	--	-------------------------------------	---

Quadro Síntese: Objetivo de Combate à Pobreza e às Desigualdades Sociais

Linhas de Ação	Descrição / objetivos	Medidas principais	Horizonte temporal e Indicadores de execução	Impacto orçamental
Combater as desigualdades e	Promover a inclusão e a redução da pobreza	Contratos Locais de	57 novos Contratos em	25,3 M€

<p>promover a justiça social</p>	<p>e das desigualdades sociais por acção ao nível de processos de qualificação e promoção da empregabilidade.</p>	<p>Desenvolvimento Social (CLDS) Expansão da rede de Comissão de Protecção de Crianças e Jovens (CPCJ) a todo o território nacional</p>	<p>2011 100% de cobertura do território nacional, até 2013</p>	
<p>Promover um novo contrato intergeracional</p>		<p>Alargamento da Rede de Equipamentos Sociais</p>	<p>2011 -214 Conclusão PARES e POPH Novos Lugares: Lar 10.213 CDla 6.910 SAD 8.091</p>	<p>n.a 198,1 M€</p>
<p>Monitorização e Avaliação</p>				
<p>O Portugal 2020 – Programa Nacional de Reformas será monitorizado por linha de acção e meta de forma permanente no quadro da Rede de Coordenação da Estratégia Europa 2020. Nos termos do estabelecido pelo Conselho Europeu, uma versão atualizada de avaliação, monitorização e atualização do Portugal 2020 – Programa Nacional de Reformas será elaborada anualmente, envolvendo consultas institucionais e dinamização de participação da sociedade civil. Prevê-se ainda uma avaliação intercalar em 2014 a partir de uma avaliação externa de resultados, tendo em conta as metas intermédias estabelecidas para essa data, e permitindo que o programa de 2015 funcione como a abertura de um novo ciclo na concretização da Estratégia Europa2020 em Portugal.</p>				

11. Programa de Desenvolvimento Rural do Continente para 2014 - 2020

Data: Dezembro 2014

Diploma de aprovação:

Estratégia

A visão da estratégia nacional para a agricultura e o desenvolvimento rural, nomeadamente na formulação do Programa de Desenvolvimento Rural do Continente, terá como princípio determinante a concentração dos apoios no setor e na produção de bens transacionáveis dirigidas a agentes diretamente envolvidos na criação de valor a partir de atividades agroflorestais assente numa gestão eficiente dos recursos. Desta forma, e tendo em conta os três objetivos da PAC, o PDR 2020 pretende o Crescimento sustentável do sector agro-florestal em todo o território nacional.

Objetivos Estratégicos e necessidades associadas

- Crescimento do valor acrescentado do sector agroflorestal e rentabilidade económica da agricultura;
 - 1.1 – Melhoria da eficiência na utilização dos consumos intermédios na produção agrícola e florestal;
 - 1.2 – Aumentar o investimento no sector agroflorestal;
 - 1.3 – Renovação e reestruturação das explorações agrícolas;
 - 1.4 – Melhorar a distribuição de valor ao longo da cadeia alimentar;
 - 1.5 – Dinamização de novos mercados de destino para os produtos agroalimentares e florestais;
 - 1.6 – Aumentar a produção de matérias-primas florestais de forma sustentável;
 - 1.7 – Reforço dos mecanismos de gestão do risco no âmbito da atividade agrícola.
- Promoção de uma gestão eficiente e proteção dos recursos;
 - 2.1 – Ultrapassar as limitações da disponibilidade de água e melhoria da eficiência na sua utilização;
 - 2.2 – Aumento da eficiência energética;
 - 2.3 – Aumentar a produtividade da terra;
 - 2.4 – Proteção dos recursos naturais: água e solo;
 - 2.5 – Proteção e promoção da biodiversidade;
 - 2.6 – Combate à desertificação.
- Criação de condições para a dinamização económica e social do espaço rural.
 - 3.1 – Diversificação da atividade económica;
 - 3.2 – Criação de condições de viabilidade da pequena agricultura;
 - 3.3 – Melhoria da qualidade de vida das zonas rurais.

Objetivos Transversais

- Objetivo Transversal 1 – Aumentar a capacidade de inovação, de geração e transferência de conhecimento para o sector agroflorestal;

- Objetivo Transversal 2 – Melhoria do nível de capacitação e de aconselhamento dos produtores agrícolas e florestais, nomeadamente na gestão e utilização eficiente dos recursos.

Quadro de síntese das lógicas de intervenção

Prioridade 1

Domínio de incidência	Nome do indicador de resultados	Valor da meta para 2023	Despesa Pública Planeada (euros)	Combinação das medidas*
1A	T1 % de despesas para as 3 ações: «Transferência de conhecimentos e ações de informação» + «serviços de aconselhamento» + «cooperação» em relação às despesas totais do PRD (1A)	2,64%		M01, M02, M16
1B	T2 Número total de operações de cooperação ao abrigo da ação «cooperação» (grupos, redes/clusters, projeto-piloto...) (1B)	78,00		M16
1C	T3 Número total de participantes que receberam formação (1C)	19.781,00		M01

Prioridade 2

Domínio de incidência	Nome do indicador de resultados	Valor da meta para 2023	Despesa Pública Planeada (euros)	Combinação das medidas
2A	T4 % de explorações agrícolas com apoio de um PDR para investimentos na reestruturação ou modernização (P2A)	2,73%	1.328.223.386,00	M01, M02, M04, M08, M13, M16
2B	T5 % de explorações agrícolas com planos de desenvolvimento empresarial/ investimentos para jovens agricultores ao abrigo do PRD (P2B)	1,79%	206.595.239,00	M02, M06

Prioridade 3

Domínio de incidência	Nome do indicador de resultados	Valor da meta para 2023	Despesa Pública Planeada (euros)	Combinação das medidas
3A	T6 % de explorações agrícolas apoiadas ao abrigo de regimes de qualidade, mercados locais e circuitos de abastecimento curtos, e agrupamentos/organizações de produtores (P3A)	2,97%	36.109.311,00	M02, M04, M08, M09, M16
3B	T7 % de explorações agrícolas que participam em regimes de gestão de risco (P3B)	0,28%	73.693.132,00	M02, M05, M17

Prioridade 4

Domínio de incidência	Nome do indicador de resultados	Valor da meta para 2023	Despesa Pública Planeada (euros)	Combinação das medidas
4A (agri)	T9 % terras agrícolas objeto de contratos de	38,11%	886.959.982,00	M01, M02,

	gestão que apoiam a biodiversidade e/ou paisagens (P4A)			M04, M10, M11, M12, M13, M16
4B (agri)	T10 % de terras agrícolas objeto de contratos de gestão destinados a melhorar a gestão da água (P4B)	9,80%		
4C (agri)	T12 % de terras agrícolas objeto de contratos com vista à prevenção da erosão e à melhoria da gestão dos solos (P4C)	27,55%		
4A (forestry)	T8 % Florestas/ outras superfícies arborizadas objeto de contratos de gestão de apoio à biodiversidade (P4A)	0,90%		
4B (forestry)	T11 % de terras florestais objeto de contratos destinados a melhorar a gestão da água (P4B)	1,24%	206.967.524,00	M02, M08, M15, M16
4C (forestry)	T13 % de terras florestais objeto de contratos com vista à prevenção da erosão e à melhoria da gestão dos solos (P4C)	1,24%		
Prioridade 5				
Domínio de incidência	Nome do indicador de resultados	Valor da meta para 2023	Despesa Pública Planeada (euros)	Combinação das medidas
5A	T14 % de terras irrigadas que mudam para sistemas de irrigação mais eficientes (P5A)	10,24%	377.577.056,00	M01, M02, M04, M10, M16
5B	T15 Investimento total na eficiência energética (€) (P5B)	95.509.061,00	69.886.208,00	M01, M02, M04, M08, M16
5C	T16 Investimento total na produção de energias renováveis (€) (P5C)	53.721.047,00	29.822.325,00	M04, M08, M16
5E	T19 % de terras agrícolas e florestais sob gestão para fomentar o sequestro/conservação de carbono (P5E)	0,53%	439.075.064,00	M01, M02, M08, M10, M13, M16
Prioridade 6				
Domínio de incidência	Nome do indicador de resultados	Valor da meta para 2023	Despesa Pública Planeada (euros)	Combinação das medidas
6A	T20 Criação de empregos em projetos apoiados (P6A)	2.641,00		
6B	T21 % da população rural abrangida por estratégias de desenvolvimento local (P6B)	72,73%	433.483.130,00	M01, M07, M13, M16, M19
	T22 % da população rural que beneficia da melhoria de serviços/ infraestruturas (P6B)	0,08%		
	T23 Criação de empregos em projetos apoiados (Leader) (P6B)	2.348,00		

* Quadro descritivo das medidas na página 59 da versão final do Programa de Desenvolvimento Rural do Continente 2014-2020

Plano de Avaliação

O objetivo do Plano de Avaliação é assegurar que são realizadas as atividades de avaliação adequadas e que estão disponíveis recursos suficientes e apropriados, designadamente para:

- Fornecer a informação necessária ao acompanhamento do programa (relatórios anuais de execução);
- Alimentar o relatório anual de execução apresentado em 2017;
- Fornecer a informação necessária para demonstrar os progressos em relação aos objetivos estabelecidos e alimentar o relatório anual de execução apresentado em 2019;
- Assegurar que a informação necessária para fins de avaliação está disponível no momento certo e no formato adequado.

O sistema de acompanhamento e avaliação tem como objetivo:

- Demonstrar os progressos e resultados da política de desenvolvimento rural e avaliar o impacto, a eficácia, a eficiência e a pertinência das intervenções no domínio da política de desenvolvimento rural;
- Contribuir para direcionar melhor o apoio ao desenvolvimento rural;
- Apoiar um processo de aprendizagem comum relativo ao acompanhamento e à avaliação.

Identificação das principais entidades envolvidas e respetivas responsabilidades

Grupo de coordenação da avaliação	Coordenação das atividades de avaliação, harmonização de orientações comuns, coordenação com procedimentos de avaliação ao nível de outros fundos
Autoridade de Gestão	Governança e funcionamento do sistema de monitorização e avaliação e sua qualidade, incluído o reporte e a contratação dos avaliadores, plano de avaliação e disseminação de resultados.
Comité de acompanhamento do PDR	Acompanhamento e revisão do PDR através da utilização de indicadores e do Plano de Avaliação.
Organismo pagador	Fornecimento de informação sobre a execução do PDR e sobre as medidas do I Pilar.
Beneficiários	Informação relativa às operações - Formulários de candidatura; relatórios de execução das operações; resposta a inquéritos e entrevistas para fins de estudos de avaliação.
Grupos de ação local (GAL)	Informação do acompanhamento e avaliação da implementação de estratégias de desenvolvimento local e respetiva articulação com o acompanhamento e avaliação do PDR.
GPP	Coordenação e articulação institucional e acompanhamento.
Rede Rural Nacional	Disseminação através do envolvimento de público mais alargado, disseminação de Boas Práticas. Capacitação.
INE	Fornecedores de informação de contexto
Outros ministérios	Fornecedores de informação de contexto e sobre execução de outros programas
Avaliadores	Peritos responsáveis pela qualidade da avaliação do PDR. Entidade independente da autoridade responsável pela implementação do programa.